

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.

Este documento visa registrar a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o Titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica de cadastro interno nos sistemas utilizados pela ANASTIC - Associação Nacional dos Servidores de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, em conformidade com o inciso I do Artigo 7º da Lei nº 13.709 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Ao concordar com o presente termo, o Titular consente que a ANASTIC - Associação Nacional dos Servidores de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, CNPJ nº 54.165.250/0001-00, e-mail **atendimento@anastic.org.br** doravante denominada **Controladora**, tome decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais, bem como realize o tratamento de seus dados, envolvendo operações como as que se referem a coleta, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

DADOS PESSOAIS: A Controladora fica autorizada a tomar decisões referentes ao tratamento dos seguintes dados pessoais do Titular: Nome completo; Data de nascimento; Número e imagem da Carteira de Identidade (RG); Número e imagem do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF); Número e imagem da Carteira Nacional de Habilitação (CNH); Estado civil; Nível de instrução ou escolaridade; Endereço residencial, comercial e de cobrança completos; Números de telefone (fixo e móvel), WhatsApp e endereços de e-mail; Comunicação, verbal e escrita, mantida entre o Titular e a Controladora.

FINALIDADE DO TRATAMENTO DE DADOS: Realizar cadastro nos sistemas administrativo, financeiro, de comunicação, site e aplicativos em área restrita; Possibilitar que a Controladora identifique e entre em contato com o Titular para fins de relacionamento associativo; Possibilitar que a Controladora um cadastro associativo e emita cobranças contra o Titular; Possibilitar que a Controladora envie ou forneça ao Titular seus produtos e serviços, de forma remunerada ou gratuita; Possibilitar que a Controladora utilize tais dados emissão de relatórios e documentos financeiros/administrativos correlatos.

COMPARTILHAMENTO DE DADOS: A Controladora não compartilhará os dados pessoais do Titular com outros agentes de tratamento de dados (nacionais ou internacionais), salvo seja necessário para as finalidades listadas neste termo, observados os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei nº 13.709.

SEGURANÇA DOS DADOS: A Controladora responsabiliza-se pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito. Em conformidade ao art. 48 da Lei nº 13.709, a Controladora comunicará ao Titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao Titular.

TÉRMINO DO TRATAMENTO DOS DADOS: A Controladora poderá manter e tratar os dados pessoais do Titular durante todo o período em que os mesmos forem pertinentes ao alcance das finalidades listadas neste termo.

DIREITOS DO TITULAR: O Titular tem direito a obter da Controladora, em relação aos dados por ela tratados, a qualquer momento e mediante requisição: I - acesso aos dados; II - correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados; III - anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei nº 13.709; IV - revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da Lei nº 13.709, bem como por medida de autodeterminação informativa.

DIREITO DE REVOGAÇÃO DO CONSENTIMENTO: Este consentimento poderá ser revogado pelo Titular, a qualquer momento, mediante solicitação via e-mail ou correspondência a Controladora.

LEGISLAÇÃO E FORO COMPETENTE: Este termo de aceite será regido, interpretado e executado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, independentemente dos conflitos dessas leis com leis de outros estados ou países, sendo competente o Foro da cidade de Brasília/DF, para dirimir qualquer dúvida decorrente deste instrumento. O Titular consente, expressamente, com a competência desse juízo, e renúncia, neste ato, à competência de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

ACEITAÇÃO DA COLETA DE DADOS: Ao aceitar esse termo, o Titular reitera que todos os seus dados foram coletados mediante o seu consentimento livre, voluntário, informado e livre de dúvidas e/ou ambiguidades, para a consecução de um objetivo específico, explícito e com finalidade associativa legítima.